



DECLARAÇÃO DO CHEFE DO PODER LEGISLATIVO

A Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, almejando o alcance da responsabilidade na gestão fiscal e o do equilíbrio das contas públicas, estabelece regras que visam impedir a prática de atos que importem no aumento de despesa com pessoal e que coloquem em risco os limites de despesas com pessoal determinados na Lei, sendo que uma dessas regras encontra-se em seu artigo 21, literis:

Art. 21 – É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda: I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no §1º do art. 169 da Constituição; II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; Parágrafo único - Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art.20. (grifou –se)

Não houve expedição de ato nos últimos 180 dias que aumentasse a despesa com pessoal, apenas portaria de progressões e promoção acadêmica (apresentadas no relatório – LEIPESS), que não se enquadram no artigo acima citado, são atos que garantem o exercício de situações jurídicas já consolidadas (preservando o direito adquirido), autorizados pela própria Constituição ou por leis editadas anteriormente ao período de vedação previsto no dispositivo em exame, asseguradas por leis editadas em momento pretérito ao interstício proibitório.

Declaro ter atendido o que rege o artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao artigo 8º da Lei Complementar 173/2020.

Otniel Carlos de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal de Pancas